



Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ nº 04.416.935/0001-04

Relatório da Administração

A EATE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2021	2020
Disponibilidade (%)	99,99%	99,98%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2021, a EATE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2021/AGS; 2. Fagida de cabos de alumínio liga (CAL) 1120 e E201; Estudo comparativo, efeito de grampos AGS e de emendas pré-formadas; 3. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série; 4. Desenvolvimento de Sistema de

Realidade Virtual e Aumentada para Treinamento e Auxílio à Manutenção e 5. Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de qualidade de energia e tomada de decisões em linhas de transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a EATE apoiou em 2021 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Instituto Sports, Barueri Volleyball Club, Confederação Brasileira de Rugby, Instituto Tênis, Associação de Balé de Cegos Fernanda Bianchini, Fundo Municipal do Idoso de Barretos, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards - IASB*, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os

pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2021, os resultados da EATE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	248.768	528.069
EBITDA	258.689	440.641

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da EATE.

A Diretoria

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.073	20.921	95.704
Investimento curto prazo	5	-	-	15.353
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissonárias		18.540	16.575	28.639
Ativo contratual da concessão	6	268.894	211.823	375.865
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		39	2	3.155
Outros tributos compensáveis		102	107	1.047
Dividendos a receber		8.470	14.051	4.661
Adiantamento a fornecedores		837	813	5.922
Outros ativos		7.510	10.165	10.651
		345.265	274.457	540.997
Ativo não Circulante				
Contas a receber da concessão - concessionárias e permissonárias		5.159	4.329	6.548
Ativo contratual da concessão	6	1.498.414	1.359.917	3.331.721
Outros tributos compensáveis		-	-	199
Outros ativos		1.241	1.179	5.586
Investimentos	7	810.502	636.309	66.948
Imobilizado		2.068	2.027	2.703
Intangível		9.796	10.522	16.495
		2.327.180	2.014.283	3.430.200
		2.672.445	2.288.740	3.971.197

Passivo	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Passivo Circulante				
Debêntures e arrendamento mercantil	8	42.820	90.455	109.107
Fornecedores		2.810	3.101	21.028
Imposto de renda e contribuição social a pagar		11.974	11.653	18.999
Outros tributos a pagar		6.875	5.611	11.533
Dividendos a pagar	14	120.549	219.121	124.209
Provisão para compensação ambiental	13	1.361	1.233	1.361
Encargos regulatórios a pagar	9	13.709	12.934	16.663
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	18.478	14.552	28.211
Outros passivos		4.454	4.760	17.303
		223.030	363.420	352.315
Passivo não Circulante				
Debêntures e arrendamento mercantil	8	478.870	309.265	996.514
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	441.338	356.415	640.091
Provisão para demandas judiciais	12	393	1.376	419
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	103.271	93.732	284.367
Provisão para compensação ambiental	13	6.107	6.737	17.628
Outros passivos		-	-	615
		1.029.979	767.525	1.939.834
		1.253.009	1.130.945	2.291.949
Total do Passivo Patrimônio Líquido				
Capital social	14	636.915	636.915	636.915
Reservas de lucros	14	671.070	400.001	671.070
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	111.451	120.879	111.451
		1.419.436	1.157.795	1.419.436
Participação de acionistas não controladores		-	-	259.812
Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores		1.419.436	1.157.795	1.679.248
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.672.445	2.288.740	3.971.197

Total do Ativo **2.672.445** **2.288.740** **3.971.197** **3.352.974**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Reservas de lucros						Participação de	
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total controladores	Total não controladores
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	605.025	121.005	31.890	15.939	220.216	-	994.075	258.067
Aumento de capital	31.890	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(220.216)	(220.216)	(220.216)	(227.283)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	503.057	503.057	36.543
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.378	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	36.133	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	120.879	(120.879)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(119.121)	(119.121)	(5.443)	(124.564)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(1.470)	(1.470)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	220.546	-	(220.546)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	636.915	127.383	36.133	236.485	120.879	-	1.157.795	266.141
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)	-	(25.000)
Proposta da administração para transferir o saldo da reserva de retenção de lucros para reserva de lucros a realizar	-	-	-	211.485	(211.485)	-	-	-
Pagamento dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(120.879)	(120.879)	(36.657)	(157.536)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	528.069	528.069	43.984
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	45.871	-	-	(45.871)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	111.451	(111.451)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(120.549)	(120.549)	(3.659)	(124.208)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(9.997)	(9.997)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	250.198	-	(250.198)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	636.915	127.383	82.004	461.683	111.451	-	1.419.436	259.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olímpadas, 66 - 8º andar - Sala A - São Paulo - SP. A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A. A EATE e suas controladas possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato de concessão		Data da vigência	Índice de entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	
	Participação	Prazo (anos)				
EATE	042/2001	30	2031	358.143	IGP-M fev/03	Sim
Lumitrans	80% 007/2004	30	2034	43.634	IGP-M out/07	Sim
STC (**)	62% 006/2006	30	2036	52.396	IPCA nov/07	Sim
EBTE (**)	51% 011/2008	30	2038	52.862	IPCA dez/10	Não
ESTE (**)	100% 019/2017	30	2047	123.585	IPCA fev/22	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. (**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$574.544 para STC e R\$ 58.434 para EBTE. (***) O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") é de R\$485.841, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$123.585. A entrada em operação comercial está prevista para 09 de fevereiro de 2022.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devido às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EATE e suas controladas entendem que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão". **1.1. Impactos da COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão da Covid-19, a Companhia e suas controladas adotaram medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de 18 de outubro de 2021, os colaboradores do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de escala híbrida e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (cozas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos. A Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. O negócio da Companhia e suas controladas apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M na EATE e Lumitrans e IPCA na STC, EBTE e ESTE) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2022. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EATE e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de suas controladas. **2.4. Julgamentos, estimativas e pressupostos contábeis significativos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e pressupostos baseados em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e pressupostos são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e pressupostos incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, a constituição de ativos ou passivos fiscalmente diferidos, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a EATE e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da EATE e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a

implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto ou quando ocorrerem índices de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e suas controladas para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a EATE e suas controladas têm direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo prestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PV (Parcela Variável):** A Companhia e suas controladas dispõem de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. **2.5. Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da EATE e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a EATE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de atetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: * Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. * Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas. A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a EATE detém em 31 de dezembro de 2021:

Razão Social	investimento	% participação
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	51,00%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Controlada	61,55%
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	80,00%
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Coligada	100,00%
Companhia Transiapê de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%
Companhia Transsudeste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido. **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
3.1. Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito. As receitas da Companhia e suas controladas são classificadas nos seguintes grupos:
3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura: Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e suas controladas utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros recebidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas

continuação

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - CNPJ nº 04.416.935/0001-04

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a EATE e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remunerações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. 3.11.1. **Tributação:** 3.11.1.1. **Tributos sobre a receita:** As receitas da EATE e suas controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%; 3.11.2. **Imposto de renda e contribuição social:** *Correntes:* O imposto de renda e a contribuição social da EATE e das controladas EBTE e ESTE são calculados pelo regime de lucro real e suas controladas Lumitrans e STC são optantes pelo regime de lucro presumido. A EATE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023, que consiste na redução de 75% do IR devido, calculado com base no lucro da exploração. *Diferidos:* Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço. 3.12. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. 3.13. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da EATE e suas controladas, estão descritas a seguir. A EATE e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e suas controladas ainda não concluíram a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	327	85	684	1.212
Aplicações financeiras	40.746	20.836	95.020	62.477
	41.073	20.921	95.704	63.689

7. INVESTIMENTOS

a) **Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	133.267	82.870	160.387	38.367
Redução de capital (20.311)	(7.200)	—	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	15.242	22.899	22.161	144.439
Dividendos (9.674)	(11.257)	—	(5.333)	—
(-) Amortização do direito de concessão	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	118.524	87.312	177.215	182.806
Adição de capital	—	—	—	45.700
Resultado de equivalência patrimonial	25.968	24.665	22.480	128.583
Dividendos (19.724)	(23.115)	(33.527)	(1.383)	(1.280)
(-) Amortização do direito de concessão	—	—	—	(135)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	124.768	88.862	166.168	357.089

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Resultado de equivalência patrimonial
Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2020
Resultado de equivalência patrimonial
Dividendos
Saldo em 31 de dezembro de 2021

(*) Os saldos de investimentos consolidados não incluem os montantes do direito de concessão, os quais são apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. A EATE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controladas				Coligadas			
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE
Total do ativo	227.612	124.827	560.058	1.126.953	109.860	155.095	288.785	204.041
Total do passivo	24.899	13.748	234.238	769.864	28.655	48.023	114.848	34.063
Patrimônio líquido	202.713	111.079	325.820	357.089	81.205	107.072	173.937	169.978
Receita líquida	48.494	34.537	80.167	476.442	30.915	44.402	72.635	48.842
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	42.191	30.831	44.079	128.583	25.346	35.087	53.824	41.695
Quantidade de ações	211.003.246	72.012.095	263.058.339	24.141.895	30.000.000	49.569.000	22.340.490	84.133.970
Participação da EATE:								
Quantidade de ações	129.872.000	57.609.676	134.159.752	24.141.894	3.000.000	4.956.900	2.234.409	15.208.597
no capital social	61.55%	80,00%	51,00%	100,00%	10,00%	10,00%	10,00%	18,08%
no resultado	25.968	24.665	22.480	128.583	2.535	3.509	5.382	7.537
no patrimônio líquido	124.768	88.862	166.168	357.089	8.122	10.706	17.396	30.726
Direito de concessão	—	—	—	—	1.667	2.282	2.716	0
Total do investimento	124.768	88.862	166.168	357.089	9.789	12.988	20.112	30.726

8. DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	Principal	Principal	Principal	Total
Debêntures 1ª emissão	—	—	—	44.223
Debêntures 2ª emissão	—	—	—	20.815
Debêntures 5ª emissão	—	—	—	1.097
Debêntures 6ª emissão	—	—	—	(48)
Debêntures 7ª emissão	17	11.439	—	54.055
Debêntures 8ª emissão	43	18.497	9.265	27.805
Debêntures 9ª emissão	8.429	(152)	269.737	278.014
Arrendamento mercantil	4.389	(133)	199.589	203.845
	—	291	279	570
	12.878	29.942	478.870	521.690

Individualmente o saldo de principal da dívida do circulante e não circulante das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 6ª emissão de debêntures o saldo é de R\$15, na 7ª emissão de debêntures o saldo é de R\$56 e na 8ª emissão de debêntures o saldo é de R\$416. Adicionalmente, em suas demonstrações contábeis, o saldo de principal de curto e longo prazo da 1ª emissão de debêntures, apenas, é apresentado líquido dos custos a amortizar e encargos financeiros de suas controladas EBTE e ESTE, no montante de R\$23.666. Durante o exercício de 2021, a controlada EBTE efetuou a 2ª emissão de debêntures no montante de R\$ 50.000. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE e suas controladas:

Empresas operacionais	Data da contratação		Condições contratadas		Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
	Vencimento	Principal contratado	Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Principal	Encargos
Debêntures 1ª emissão	dez/19	415.000	IPCA	4,5%	Semestral	Semestral	—	—
Debêntures 2ª emissão	jun/18	110.000	112,00% do CDI	—	Semestral	Semestral	—	—
Debêntures 6ª emissão	abr/21	50.000	100% CDI + 1,9% Base 252	—	Semestral	Semestral	—	—
Debêntures 7ª emissão	set/17	70.000	107,75% do CDI	—	No vencimento	Mensal	—	—
Debêntures 8ª emissão	jun/18	85.000	112,00% do CDI	—	No vencimento	Mensal	—	—
Debêntures 9ª emissão	jul/19	270.000	108,60% do CDI	—	No vencimento	Semestral	—	—
Arrendamento mercantil	abr/21	200.000	100% CDI + 1,9% Base 252	—	Semestral	Semestral	—	—

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

Limite da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2021 (*)

	EATE	EBTE
Debêntures 1ª emissão	N/A	220.804
Debêntures 2ª emissão	N/A	220.804
Debêntures 6ª emissão	1.748.537	N/A
Debêntures 7ª emissão	1.667.696	N/A
Debêntures 8ª emissão	1.667.460	N/A
Debêntures 9ª emissão	1.667.460	N/A

(*) A Administração da EATE e suas controladas mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2023	9.379	41.205
2024	269.730	340.416
2025	99.863	120.698
2026	99.898	120.668
2027	—	20.751
Após 2027	—	352.776
	478.870	996.514

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	465.984	933.753
Ingresso de dívidas	(4)	228
Encargos sobre debêntures e arrendamento mercantil	13.421	54.260
Amortização do principal e dos juros	(79.681)	(104.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	399.720	884.152
Ingresso de dívidas	199.371	249.371
Encargos sobre debêntures e arrendamento mercantil	27.472	102.884
Amortização do principal e dos juros	(104.873)	(130.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	521.690	1.105.621

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	8.696	11.464	10.460	15.003
Quota de reserva global de reversão - RGR	4.602	1.191	5.622	1.858
Taxa de fiscalização - ANEEL	411	279	581	411
	13.709	12.934	16.663	17.271

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem, substancialmente, da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICP01 (R1) - interpretação contratos de concessão, OCP05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375
Subtotal	(37.082)	9.000	(28.082)	1.375

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Art.				

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

de recebimento futuro, desconto a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e de suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis. No contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 15/03/2022 17:54
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 16472912418b48926939084756acd79abdb04a915